

Editorial nº 21, Julho/2020

Há seis meses escrevíamos o editorial nº 20 de dezembro/2019 destacando a “intensificação dolorosa” da crise política, econômica e ambiental durante o primeiro ano do governo Bolsonaro. O que podemos dizer de 2020? Piorou. A pandemia do novo coronavírus conseguiu dar “cores mortas” à tragédia nacional. Hoje, 13 de julho de 2020, estão contabilizados oficialmente 72.151 mortes em decorrência da covid-19. É amplamente sabido que esses dados estão subnotificados. Dois ministros da saúde foram demitidos e no momento o país conta com um interino (militar) na pasta, sem qualificação técnica para o cargo. O ocupante da presidência, segundo comunicado por ele, está contaminado pela “gripezinha”, e recebendo todos os cuidados necessários, os mesmos negados à população mais pobre. Continua pregando contra o distanciamento social, defendendo remédio ineficaz, premiando grandes empresários e sacrificando os vulneráveis. O impacto é de genocídio entre os povos indígenas e a população periférica. Seria exaustivo elencar toda a cadeia de fatos graves em torno do atual governo uma vez que seu projeto político é a destruição. Saúde, Educação, Meio Ambiente, Economia, Direitos Humanos, Agricultura, Ciência e Tecnologia, Comunicação, Justiça, Relações Exteriores etc, todas essas pastas estão dominadas por *anti-ministros(as)*. A lógica de destruição fascista ainda cumpre uma tarefa imperialista, e se atrela à crise capitalista global, anterior à pandemia e intensificada com ela.

Então, somente para mudarmos a perspectiva, se até o momento 2020 foi o *ano em que a terra parou* tem sido, também, o tempo de revoltas populares, raciais e sociais. O assassinato de George Floyd nos EUA, por policiais brancos em 25 de maio, deflagrou centenas de manifestações no mundo, somando milhares de pessoas na luta antirracista e abolicionista. Trouxe ainda uma crítica profunda à cristalização social da memória histórica escravagista, com a derruba de estátuas e monumentos. No Brasil, o assassinato de crianças por policiais militares no Rio de Janeiro é o terrorismo de Estado em sua face mais crua. Apesar disso, a revolta antirracista ampla ainda não ocorreu...ainda. Por outro lado, a primeira greve dos trabalhadores de aplicativos em 01 de julho contribuiu para fomentar amplos debates sobre a precarização das condições de trabalho. Vale lembrar que foram as torcidas organizadas antifascistas que tiveram a coragem de retomar as manifestações de rua, com reflexão crítica sobre a responsabilidade sanitária nesse momento. História viva se fazendo nas lutas de classe, raça e gênero. A pandemia não pôde segurar por muito tempo a revolta, mas, as

instituições e os interesses econômicos e políticos têm segurado até agora Bolsonaro no poder.

Longe da intenção de se fazer uma análise conjuntural rigorosa descrevemos alguns poucos elementos que contribuem para refletir o nosso presente. Para levar ao passado às questões prementes do hoje. Assim, o vigésimo primeiro número da Revista Crítica Histórica continua cumprindo sua tarefa de divulgação científica e democratização de conhecimento, aliada à luta pela manutenção do ensino público, gratuito e socialmente referenciado no Brasil.

O Dossiê “*Anarquismos: história e historiografia em perspectivas multidisciplinares e interseccionais*” organizado pela Dra. Ana Paula Palamartchuk (UFAL) é, nesse sentido, um ferramental importante de análise da formação histórica das lutas sociais no mundo, na experiência dos anarquistas. Convidamos nossos/as leitores/as para uma leitura sistemática do dossiê.

Os artigos de *fluxo contínuo* trazem sempre temas de muito interesse. O primeiro, de Ronaldo P. de Jesus, “*O fim do marxismo na historiografia brasileira?*” faz uma reflexão sobre o panorama da influência do materialismo histórico na produção histórica nacional entre os anos 1930 e 1990, enquanto expressão teórica e prática política. Já Isabel Cristina Oliveira da Silva, Ana Maria Freitas Teixeira e Rosemeire Reis discutem em “*Entre memórias e esquecimentos: participações dos/as jovens no Festival da Canção do sertão de Alagoas (1970-1990)*”, como os festivais de música no Brasil foram importantes espaços de socialização e expressão artística juvenil, ao passo que “corporificavam tensões” a respeito da miséria social e responsabilidades da vida adulta. O terceiro artigo “*Passado, presente e futuro: revisitando as origens do Tenentismo e o nacionalismo autoritário das décadas de 1910 e 1920*” de Allony Rezende de Carvalho Macedo, investiga as proximidades entre a produção dos intelectuais autoritários do período e o que pregava o Tenentismo no momento de suas primeiras ações armadas.

Há tempos não recebíamos um *Ensaio*. Nesse número temos a grata satisfação de publicar um de autoria do professor Antônio Fernando de Araújo Sá, intitulado “*O candeeiro se apagou? A universidade brasileira sob fogo cruzado*”. Ao analisar a trajetória da revista *Candeeiro*, da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal de Sergipe, o autor faz uma reflexão a respeito das lutas pela democracia a partir da universidade brasileira, o que

nos remete ao nosso presente, uma vez que sofremos ainda ataques neoliberais e ameaças constantes à autonomia universitária.

Por fim, temos duas resenhas para o número. Aqui apresento a de Aline Oliveira da Silva, “*Trabalhadores e trabalhadoras rurais boias frias: exclusão, imprensa e poder*” que traz ao público o livro de mesmo título, do professor Antonio Alves Bezerra, publicado pela editora Appris, em 2018.

Boa leitura!

Irinéia Maria Franco dos Santos

Pelo Conselho Editorial

Maceió, julho de 2020